



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 59/XIV/2.^a SL

Aos 27 dias do mês de janeiro de 2021, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 1 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

2. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 560/XIV/2.^a (Ninsc Joacine Katar Moreira) - «Aprova o Estatuto do Trabalhador Essencial ao Estado de Emergência»;

Deputado autor do parecer: João Pinho de Almeida (CDS-PP);

3. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 414/XIV/1.^a (BE) - «Densifica o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento clarificando a sua aplicação nas situações de fornecimento de serviços de vigilância, alimentação ou limpeza (16.^a alteração do Código do Trabalho)», do Projeto de Lei n.º 448/XIV/1.^a (PS) - «Introduz uma norma interpretativa do artigo 285.º do Código do Trabalho, tornando obrigatória a sua aplicação à adjudicação, por concurso público, de prestações de serviços públicos» e do Projeto de Lei n.º 503/XIV/1.^a (PCP) - «Defende e reforça os direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento, no setor privado ou no setor público, por adjudicação de fornecimento de serviços que se concretize por concurso público, ajuste direto ou qualquer outro meio previsto»;

4. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Pedro Roque, deu início aos trabalhos, cumprimentando as Senhoras e os Senhores Deputados presentes na sala e os que participavam na reunião por via eletrónica, e entrando-se de imediato na apreciação da Ordem do Dia:

1. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

O Senhor Presidente informou que havia baixado à Comissão o Projeto de Lei n.º 645/XIV/2.^a (PCP) - «Reforço dos Direitos de Maternidade e de Paternidade», que versava sobre matéria semelhante à dos Projetos de Lei n.º 472/XIV/1.^a (BE), 622/XIV/2.^a (CDS-PP), 628/XIV/2.^a (PAN) e 643/XIV/2.^a (Ninsc Cristina Rodrigues), pelo que sugeriu a apresentação de um parecer conjunto para todas as iniciativas. Todavia, e de modo a evitar que a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP),



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 59/XIV/2.^a SL

anteriormente designada como autora do parecer, relatasse a iniciativa da qual era subscritora, foi decidido que caberia ao Grupo Parlamentar (GP) do PS, de acordo com as regras de distribuição, indicar um Deputado para o efeito, procedendo-se ulteriormente à compensação, sempre de acordo com o Método de Hondt. O GP do PS comunicou que informaria posteriormente o nome do relator para este conjunto de projetos de lei.

Foram igualmente distribuídos o Projeto de Lei n.º 649/XIV/2.^a (BE) - «Reconhece e regulamenta o estatuto profissional da animação sociocultural» à Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) e o Projeto de Lei n.º 650/XIV/2.^a (BE) - «Reforça o direito de oposição do trabalhador à transmissão da posição do empregador no seu contrato de trabalho (19.^a alteração do Código do Trabalho)» à Senhora Deputada Olga Silvestre (PSD), por indicação dos respetivos Grupos Parlamentares.

O Senhor Presidente deu também conhecimento que haviam baixado à Comissão o Projeto de Resolução n.º 867/XIV/2.^a (BE) - «Pela regulamentação dos operadores de assistência em escala e dos técnicos de tráfego de assistência em escala» e o Projeto de Resolução n.º 873/XIV/2.^a (BE) - «Alargamento dos beneficiários da prorrogação do subsídio de desemprego, prorrogação extraordinária do subsídio social de desemprego e acesso imediato aos apoios para trabalhadores independentes», tendo o GP do BE, na condição de proponente, aproveitado o ensejo para solicitar o agendamento da discussão desta última iniciativa para a próxima reunião ordinária da CTSS, que previsivelmente decorreria na quarta-feira, 3 de fevereiro de 2021.

Por fim, o Senhor Presidente anunciou que havia sido atribuída à 10.^a Comissão competência em conexão para a apreciação do Projeto de Resolução n.º 864/XIV/2.^a (PAN) - «Criação de uma rede integrada de respostas de apoio às famílias», que baixara à 8.^a Comissão, e do Projeto de Resolução n.º 870/XIV/2.^a (BE) - «Vale Farmácia - Alargamento do apoio às despesas com medicamentos para idosos carenciados», cuja competência primacial cabia à 9.^a Comissão.

2. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 560/XIV/2.^a (Ninsc Joacine Katar Moreira) - «Aprova o Estatuto do Trabalhador Essencial ao Estado de Emergência»;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 59/XIV/2.^a SL

Deputado autor do parecer: João Pinho de Almeida (CDS-PP);

O Senhor Deputado relator procedeu à apresentação do parecer, mencionando que a iniciativa se enquadrava no atual contexto pandémico, pretendendo-se a aprovação do estatuto do trabalhador essencial ao estado de emergência, e bem assim que o articulado contemplava a definição do objeto e do conteúdo desse estatuto. Fez ainda alusão aos antecedentes legislativos e à inexistência de outras iniciativas ou petições sobre a mesma matéria, dando conta dos contributos recebidos no âmbito da consulta pública e do cumprimento dos requisitos formais necessários à sua apreciação em Plenário.

Depois de o Senhor Presidente ter agradecido o trabalho efetuado, o parecer foi aprovado por unanimidade.

3. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 414/XIV/1.^a (BE) - «Densifica o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento clarificando a sua aplicação nas situações de fornecimento de serviços de vigilância, alimentação ou limpeza (16.^a alteração do Código do Trabalho)», do Projeto de Lei n.º 448/XIV/1.^a (PS) - «Introduz uma norma interpretativa do artigo 285.º do Código do Trabalho, tornando obrigatória a sua aplicação à adjudicação, por concurso público, de prestações de serviços públicos» e do Projeto de Lei n.º 503/XIV/1.^a (PCP) - «Defende e reforça os direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento, no setor privado ou no setor público, por adjudicação de fornecimento de serviços que se concretize por concurso público, ajuste direto ou qualquer outro meio previsto»;

O Senhor Presidente divulgou a existência de um pedido da Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) sobre o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, passando-lhe de imediato a palavra. Nestes termos, a Senhora Deputada explicou que, considerando a complexidade da matéria e a necessidade de assimilar a realidade existente, o seu Grupo Parlamentar pretendia dar resposta a uma interpelação recebida a este respeito, permitindo-se assim a análise e a avaliação das questões colocadas, tendo até em conta a aplicabilidade aos vários setores envolvidos da lei propugnada. Deste modo, apesar de o GP do PCP já ter solicitado anteriormente o adiamento deste ponto, submeteu à consideração da Comissão o adiamento por mais uma semana, o que não mereceu a oposição de nenhum dos presentes.

4. Outros assuntos.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 59/XIV/2.^a SL

1) No derradeiro ponto da reunião, o Senhor Presidente começou por referir que a 6.^a Comissão se encontrava a promover um conjunto de audições relacionadas com a situação laboral da TAP, que havia começado um pouco antes desta reunião (10h30), e que se prolongaria durante a tarde, acrescentando que o convite recebido pela 10.^a Comissão já havia sido distribuído por todos os Grupos Parlamentares.

2) Quanto à audições decorrentes dos requerimentos aprovados sobre a situação dos trabalhadores da refinaria da GALP de Matosinhos, da iniciativa dos GP do PSD e do BE, a concretizar em conjunto com a 6.^a e a 11.^a Comissões, o Senhor Presidente informou que esta última ponderava levar a cabo duas audições requeridas pelo GP do PCP apenas nessa 11.^a Comissão (da Fiequimetal e da Comissão Central de Trabalhadores da GALP), justamente a data para a qual havia sido adiada a audição regimental da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) na CTSS.

3) Por outro lado, foi dada nota que o Projeto de Resolução n.º 814/XIV/2.^a (PSD) - «Recomendações para vacinação de toda a população residente e profissionais nos Estabelecimentos Residenciais Para Idosos (ERPI)», sobre a mesma matéria que o Projeto de Resolução n.º 841/XIV/2.^a (PS) - «Recomenda ao Governo que acione a Rede Social de forma a proceder à identificação das estruturas residenciais não licenciadas, para que os seus utentes e colaboradores possam ser enquadrados no processo de vacinação contra a COVID-19», debatido na CTSS na reunião de 20 de janeiro, seria discutido na reunião desse dia da Comissão de Saúde, sendo ambos incluídos no guião de votações da reunião plenária de sexta-feira, 29 de janeiro. A este respeito, o Senhor Presidente esclareceu que, em caso de aprovação de ambos ou de baixa sem votação, poderiam ser apreciados por apenas uma Comissão caso os proponentes assim o requeressem.

4) O Senhor Presidente comunicou que, tal como já havia sido previamente transmitido aos Grupos Parlamentares, a audição regimental da Senhora MTSSS havia sido adiada para quarta-feira, 10 de fevereiro. Questionado pela Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) sobre as grelhas de tempos a utilizar, o Senhor Presidente explicou que seriam adotadas duas grelhas independentes, a primeira

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 59/XIV/2.ª SL

destinada ao requerimento do GP do PSD sobre os «apoios às famílias que devam acompanhar os seus filhos em virtude do encerramento das escolas» e a segunda a que era utilizada nas audições regimentais, que no seu conjunto não ultrapassariam as três horas de duração, com uma primeira parte de aproximadamente uma hora e a segunda de duas horas. Ainda assim, decidiu-se que à cautela, e para uma melhor gestão dos tempos, o melhor seria antecipar a audição em causa para as 9h30 do dia mencionado.

5) Já no que concerne às informações relativas à reunião da Rede Parlamentar Global da OCDE, a realizar em formato virtual a 9 e 10 de fevereiro de 2021, e que haviam igualmente circulado por via eletrónica por todos os Deputados da Comissão, o Senhor Presidente lembrou que havia representado a CTSS na edição anterior, em outubro de 2020, em conjunto com o Senhor Vice-Presidente, João Paulo Pedrosa (PS). Assim sendo, a Senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Diana Ferreira (PCP), comprometeu-se a comunicar com a brevidade possível a sua disponibilidade para acompanhar esta conferência, podendo a representação da CTSS ser assegurada por um Deputado de outro Grupo Parlamentar, caso se revelasse necessário.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de fevereiro de 2021.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Pedro Roque



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 59/XIV/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros
Clara Marques Mendes
Cristina Sousa
Diana Ferreira
Eduardo Barroco de Melo
Fernando José
Helga Correia
João Paulo Pedrosa
João Pinho de Almeida
José Moura Soeiro
Lina Lopes
Luís Soares
Maria Germana Rocha
Marta Freitas
Nuno Sá
Ofélia Ramos
Olga Silvestre
Pedro Roque
Rita Borges Madeira
Sílvia Torres
Tiago Barbosa Ribeiro
Cristina Mendes da Silva
Eduardo Teixeira
Emília Cerqueira
Fernanda Velez
Firmino Marques
Lúcia Araújo Silva
Mara Coelho
Maria Joaquina Matos
Martina Jesus

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Pires